

# LITERATURA NOS JORNAIS: DEMOCRATIZAÇÃO NA ESCRITA E NA RECEÇÃO

## LITERATURE IN NEWSPAPERS: DEMOCRATIZATION ON THE WRITING AND RECEPTION

CÁTIA MIRIAM COSTA\*

**RESUMO:** Os jornais foram um elemento decisivo na democratização do acesso à literatura, tanto na produção do discurso literário como na sua receção. A imprensa periódica, com relevo para os jornais, permitiu um diálogo entre jornalismo e literatura. Nos contextos coloniais, permitiu, ainda, que os centros produtivos se deslocassem para os espaços periféricos, onde surgiram novas oportunidades de escrita e receção. Partindo da análise comparativa das obras e percursos de um jornalista metropolitano que se torna escritor em Angola e de um intelectual angolano, procuramos compreender como os jornais democratizaram a literatura e quais as suas limitações nesse processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura, jornalismo, imprensa periódica, democratização.

**ABSTRACT:** Newspapers were a key factor in the democratization of the access to literature, both in the production and reception of literary discourse. Mostly through newspapers, periodical press permitted a dialogue between journalism and literature. In colonial settings, it also enabled the itineration of periodical press production to peripheral locations, giving new opportunities for writing and reading. Through the comparative analysis of the works and biographies, we try to understand how newspapers democratized literature and which their limitations in this process they present.

**KEYWORDS:** literature, journalism, periodical press, democratization.

---

\* Investigadora no Centro de Estudos Internacionais (ISCTE-IUL)

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX foram determinantes para o desenvolvimento da imprensa periódica no mundo (LONDSALE, 2015, p. 265) e os contextos coloniais europeus não escaparam a essa mudança. Os jornais tornam-se proeminentes em termos de publicação e os estudos efetuados para o mundo anglo-saxónico para o final do século XIX apontam para um forte domínio do volume das publicações periódicas quando comparadas com as publicações em livro (BRAKE, 2012, p. 7; VAN REMOORTEL, 2015, p. 7). Essa questão levou-nos a procurar compreender se os jornais, enquanto as publicações mais acessíveis em termos económicos da imprensa periódica, teriam contribuído para a democratização da produção e receção literárias. E, tendo concorrido para essa democratização, qual seria o seu papel? Partindo do estudo das obras e percursos de dois autores, Augusto Bastos, intelectual e político angolano, que encontra na imprensa periódica colonial uma oportunidade de publicação, e José de Macedo, jornalista português que vai para Luanda dirigir o jornal *A Defesa de Angola*, tentamos compreender o impacto que os periódicos, em particular os jornais, tiveram na produção e receção das obras literárias nestes contextos periféricos, marcados pelo regime colonial.

No período em estudo é assinalável uma expansão do jornalismo, enquanto a literatura sentia os efeitos das rápidas transformações tecnológicas que davam lugar a uma imprensa com uma periodicidade cada vez mais curta, com o surgimento dos jornais diários, e a conseqüente alteração dos hábitos de leitura. Igualmente, o embaratecimento do preço do papel e conseqüente abaixamento do preço do exemplar de imprensa periódica, levou a maiores tiragens que se tornavam mais acessíveis ao leitor (KAPLAN, 2015, p. 42-43). Ocorre, então, uma generalização do acesso à leitura impressa que inclui públicos até então fora do domínio da esfera pública, como as mulheres, o público infantil e trabalhadores, público urbano fora das elites (FONSECA, 2017, p. 2), ou seja, dá-se um movimento de democratização do acesso à leitura em geral, proporcionado pelo abaixamento do preço dos periódicos e pela especialização temática. A democratização é ainda favorecida pelo facto de existir uma leitura partilhada em estabelecimentos comerciais, nas bibliotecas e clubes que se vão tornando mais numerosos.

A escrita literária e jornalística eram, então, atividades em construção, procurando a sua sustentabilidade financeira pela penetração da esfera pública, num contexto em que a imprensa periódica começava a ser mercadorizada e em que

os mercados contavam muito para a sustentabilidade dos projetos jornalísticos (MUSSEL, 2014, p. 5-7). Não raro encontramos nas instalações dos jornais apenas a parte dedicada à administração e à impressão que, para além dos periódicos, se dedicava à impressão de outros trabalhos que também lhe garantiam a sustentabilidade económica. É nesses meandros de procura de equilíbrios financeiros que garantam a manutenção dos projetos que a escrita tem de procurar sobreviver. É também nesses enquadramentos que surgem os arrojados projetos de descentralização da produção e receção da escrita impressa, dando resposta a uma das exigências feitas ao jornalismo: a presença do aqui e agora. O conjunto espaço-temporal imediato e próximo passa a ser uma exigência da esfera pública, o que impulsiona o surgimento de projetos editoriais fora dos centros de decisão política e produção cultural. Todavia, estes novos centros de produção e receção da imprensa periódica representam eles próprios ainda alguma centralidade (SUSSMAN, 2016, p. 50). No caso colonial são as grandes cidades portuárias, ligadas periodicamente à metrópole, ainda com pouca literacia, mas com alguma procura para este tipo de publicação que acompanha a formação de uma esfera pública que para além da receção, exige participar na produção discursiva, nomeadamente, através da literatura e do ensaio.

O novo tipo de leitura, fruto da afirmação da imprensa periódica, baseado na velocidade e numa certa continuidade que os periódicos asseguravam faz brotar novos estilos literários (PALAU-SAMPIO, 2018, p. 198) e introduzir alterações em diferentes formatos literários pré-existentes. As formas de representação cultural alteram-se e os jornais tornam-se veículos de informação, mas também de conhecimento e entretenimento (MIRAGLIA, 2017, p. 320). Entre estas novas formas e conteúdos literários surgem, nomeadamente, os formatos mais ligados à observação social (SCHWAB, 2018, p. 204) ou mesmo à publicidade que também beneficiaram do diálogo com a escrita literária (SILVA 2011, p. 76). A literatura entrou em diálogo com uma maior diversidade discursiva a par de uma constante relação com os jornais. Disputando a esfera pública, estas duas formas de escrita eram também complementares e procuravam estabelecer as suas fronteiras que só em finais do século XIX começam a ficar marcadas.

Tem-se verificado uma cada vez maior atenção para a interação entre literatura e jornalismo, sobretudo, do ponto de vista estético (CANADA, 2011, p. 4-5), o que gerou incursões baseadas na obra de alguns escritores/jornalistas e nas transferências estilísticas e de conteúdo ocorridas nos seus diversos tipos de

escrita e na sua contribuição para a formação do cânone literário anglo-saxónico (ver, por exemplo, UNDERWOOD, 2008, p. 30-31). Embora haja este interesse crescente versando sobre a relação entre literatura e jornalismo, na verdade a questão do seu significado sociopolítico e dos impactos criados na sociedade em termos participativos, nomeadamente, no que respeita à produção e receção literária têm sido pouco explorados. Reconhece-se o papel da imprensa periódica na construção de uma esfera pública mais dinâmica e participativa, mas não se estabelece a relação entre as oportunidades de produção e receção descentralizada, geradas pela existência de um público mais diversificado e alargado, ao abrigo da disseminação tecnológica que permitia a produção de materiais impressos a mais baixo custo.

A imprensa em língua portuguesa existia num contexto colonial que o aproxima dos demais contextos imperiais europeus. Assim, o descentramento da produção e receção da imprensa periódica, representado pela sua existência nas colónias, constituiu um importante fator quando se analisa a relação entre literatura e jornalismo no contexto colonial. Tem sido aceite que a imprensa periódica constituiu um importante passo na criação de redes intra-imperais e inter-imperais, alargando a capacidade de circulação das obras impressas e, sobretudo, dos jornais contendo matérias literárias, o que permitia alargar a leitura e colocar em debate as questões associadas ao domínio cultural exercido através do regime colonial (NEWELL, 2016, p. 103-104).

É, pois, num contexto colonial que os escritores e obras propostos para este estudo desenvolvem a sua atividade. Augusto Bastos (1873-1936) nasce em Benguela, em Angola, e estuda em Portugal, regressando à sua terra natal, onde viveu entre a Catumbela e Benguela. Publicou artigos, ensaios, aventuras em folhetim, adivinhas, anedotas e estórias. Em Angola publicou em diversos títulos periódicos: *Almanach Ensaios Literários*, *Ensaios Literários – Propaganda e Instrução*, *Jornal de Benguela*, *A Defeza de Angola*, *O Benguela: Semanário Noticioso*, *Litterário e Anunciador*, *O Intransigente* e *O Lobito*. Em Portugal foi publicado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1909 e 1912, e fundou um jornal de duração efémera, o *Campeão popular, revista litterária, teatral tauromarchica e sportiva*, em 1898. Também desenvolveu uma forte atividade de intervenção cívica. Em Lisboa foi associado da Sociedade de Geografia de Lisboa, desde 1897, o que lhe terá permitido conviver com a elite colonial e os africanistas mais proeminentes de Portugal. Mas é em Angola que a sua ação

cívica se destacou, com a participação em instituições, como o Grémio Africano da Catumbela, ou contribuindo para a Mensagem do Grupo de Africanistas Residente na Catumbela, publicada em 1913, ou ainda no Manifesto da Comissão Organizadora da Liga de Defesa e Propaganda de Angola, em 1919. Nos anos de 1913 e 1914 desenvolveu várias atividades e esteve envolvido na organização de um congresso regional em Benguela. Igualmente, manteve relações com a maçonaria local, o que lhe permitia a manutenção de contactos privilegiados com intelectuais e ativistas sociais angolanos, metropolitanos e de outras colónias.

Contudo, este forte ativismo social e político teve as suas consequências. Em 1917, Augusto Bastos foi um dos detidos de uma operação colonial destinada a fragilizar a elite afro-portuguesa e africana de Angola. Sob o pretexto da formação de um movimento nativista de “mata-brancos” foram encarceradas as personalidades mais proeminentes do panorama intelectual angolense de então. António Assis Júnior descreve estes acontecimentos em dois volumes, publicados na Tipografia Mamã Tita, propriedade do jornal colonial, sediado em Luanda, *O Angolense* (JÚNIOR, 1917 e 1918). Nessas descrições, o nome de Augusto Bastos é mencionado, bem como são descritas as condições da sua detenção. Todavia, Bastos permanecerá ativo na vida social e na política, tendo sido secretário da Câmara Municipal de Benguela e, posteriormente, eleito vereador. Em 1923 começa a presidir interinamente às sessões camarárias, assumindo o papel do presidente da câmara. Em 1925, após a convocação de eleições e depois de um processo polémico com base no código administrativo, é impedido de se recandidatar e é destituído da Câmara Municipal de Benguela. O poder municipal, a par da imprensa periódica e das associações cívicas, constituiu uma oportunidade de intervenção cívica (FREUDENTHAL, 2013, p. 90). O trabalho de Bastos na modernização da cidade é ainda hoje reconhecido, sobretudo, devido à sua preocupação com o ordenamento urbano, saneamento básico, condições de salubridade e cultura de acesso popular.

José de Macedo (1876-1948), nasce em Vila Nova de Gaia, em Portugal, e é fortemente influenciado pela geração do 31 de Janeiro que realiza a primeira tentativa falhada e implantação da república em Portugal, na cidade do Porto. Em 1899-1900 publica pela primeira vez sobre a questão colonial na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, em artigos sobre comércio e a educação do negro, mostrando-se muito favorável ao investimento na educação das populações africanas, defendendo que em nada eram inferiores à população portuguesa. A par

desse seu interesse pelas colónias, publica na Companhia Nacional Editora sobre socialização do ensino e cooperativismo, bem como, denuncia os abusos de Inglaterra fora do seu território e os problemas sociais que tinha. Depois de ser perseguido politicamente no Norte de Portugal, vai viver para a capital, Lisboa, tendo-se tornado redator do jornal *A Vanguarda*. Em 1900, vai dirigir o jornal *A Lucta* que fica suspenso logo na sua primeira edição em 1 de Maio. Ainda nesse ano, é detido, com a acusação de anarquismo, tendo redigido a sua própria defesa em que argumenta sobre a relação entre jornalismo e política (COSTA, 2014, p. 61-63). Assume na sua defesa que o seu objetivo é escrever para as camadas mais frágeis da sociedade e dar voz aos que estão silenciados. A sua vida na metrópole torna-se difícil e, com a ajuda de Sebastião Magalhães Lima, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano, uma influente corrente maçónica portuguesa, vai viver para Luanda, onde dirigiu o jornal *A Defeza de Angola*. Em 1904, é detido em Luanda, no hotel Areias, acusado de subversão republicana, constando do auto de detenção que foi aclamado pela baixa burguesia local, caixeiros e “negociantes de haveres embaraçados”. A degradação do estado de saúde da mulher e a persistência da perseguição de que era alvo em Angola, sobretudo, pelo seu apoio à elite da pequena burguesia local e à denúncia do trabalho servil, levou-o a regressar a Lisboa. Mantém uma relação com a imprensa periódica colonial através da publicação de artigos seus, nomeadamente, as “Crónicas de Portugal”, publicadas semanalmente no *Jornal de Benguela*. Edita, ainda, o livro *Autonomia de Angola* em que defende uma autonomia progressiva até à independência, vaticinando que não sendo esse o caminho, um conflito determinaria o fim da presença portuguesa em Angola.

O que une esses autores? Para além de se terem conhecido em Angola e terem permanecido amigos e correspondentes após o regresso de Macedo a Portugal, esses dois autores só escreveram texto literário em Angola, ou pelo menos, apenas o publicaram na imprensa periódica colonial. Esse dado aponta para o facto de na metrópole não se terem apresentado oportunidades aos autores para concretizarem a edição dos seus textos. Também os aproxima a partilha de uma semiosfera, resultante de uma educação que tinha por base a semiosfera do colonizador (LOTMAN; USPENSKI; IVANÓN, 1981, p. 81). Tanto produtores textuais como leitores, por terem adquirido a sua capacidade de literacia dentro da semiofera colonial, podem partilhar códigos e gostos estéticos. A par destes aspetos, Macedo representa esse elo de ligação entre metrópole e colónias. Es-

tes dois autores, periféricos enquanto escritores literários, são complementares, pela diversidade que representam debaixo de um mesmo cenário, o colonial e em cuja obra o jornais coloniais desempenham um papel relevante.

### **Jornalistas e escritores**

A fronteira entre literatura e jornalismo foi sendo delineada em termos de conteúdo. Ao jornalismo caberia o relato da realidade, com um tempo e espaço reais, à literatura ficaria reservado o imaginário de locais e tempos que fossem verosímeis para os leitores. Contudo, a relação entre escrita literária e jornalística permanecia muito estreita. Jornalistas inspiravam-se em factos reais para escrever literatura, escritores redigiam peças jornalísticas e os jornais publicavam e publicitavam obras literárias em folhetim ou na íntegra, como no caso dos poemas. Podemos dizer que são duas escritas conviventes. Apesar da indústria livreira ir crescendo à sombra de muitas tipografias de jornais, a verdade é que o aumento dos títulos de imprensa periódica é bem mais significativo. Assim, a imprensa periódica se não fosse meio de expressão da produção literária, passaria a constituir um elemento de ameaça à produção literária (SILVA, 2011, p. 77). A afirmação da literatura junto da esfera pública começou, então, a ser ancorada nos próprios periódicos. Existem numerosos estudos sobre a participação de alguns escritores em jornais e, sobretudo, do modo como conseguiram ser adaptativos, tornando-se jornalistas e escritores em simultâneo e conseguindo cultivar estilos diferentes, nas diversas publicações que redigiam. O caso de Émile Zola é um dos mais estudados e pode servir como exemplo para estudos similares para outros escritores que tenham feito convergir a escrita literária e jornalística (WHITE, 2018, p. 2).

Essa transposição de papéis, a par de um mercado de leitores mais alargado e diversificado, também deu origem a oportunidades para os escritores silenciados, ou seja, os que ocupando posições na sociedade que os afastava da produção intelectual, viram na imprensa periódica uma forma de participação na esfera pública. É este o caso de muitas autoras que, afastadas dos meios de produção intelectual oficiais que lhe estavam vedados como as academias de belas letras, puderam através do jornalismo e da escrita literária em jornais tornar pública a sua produção intelectual (VICENS, 2017, p. 79). Trata-se, igualmente, do

caso dos autores residindo fora dos centros de produção cultural dos respectivos países ou debaixo do domínio colonial que viam cerceadas as suas oportunidades de publicação. É, ainda, o caso dos metropolitanos que circulavam fora dos circuitos intelectuais dominantes da sua época. O papel da imprensa periódica colonial não é, pois, despiciente na capacitação das elites das colónias para a construção de um discurso para a esfera pública. A par das associações cívicas e culturais, a imprensa periódica colonial desempenhou o papel de catalisador de um discurso localista, mas com ambições transfronteiriças que transportava as aspirações culturais, políticas e sociais para fora do território colonizado.

Na verdade, a própria transformação da imprensa que, em simultâneo, pretende tornar-se numa fonte de conhecimento e de entretenimento que pudessem representar culturalmente as esferas públicas que se iam construindo, contribuiu para que a escrita jornalística e literária se encontrasse mais amiúde e para que os jornais se tornassem fontes de divulgação literária. A escrita literária passa a não depender do livro ou da imprensa periódica especializada, como as revistas literárias, para a sua divulgação. A literatura encontra interessados nos jornais e no público dos jornais, podendo ser publicada a mais baixo preço, logo mais acessível e com a garantia de uma leitura mais abrangente. Muitos foram os autores que consideraram que o jornalismo era um mal necessário para a luta do poeta ou romancista e um modo de fazer face às mudanças que vinham a ocorrer no mercado literário (LONDSALE, 2015, p. 273, 275). Os jornais tornaram-se palcos de atuação para as escritas jornalísticas e literária, por vezes com relações tensas, por respeitarem conceitos estéticos diferenciados, mas complementares na oferta textual aos leitores e à esfera pública. Para aqueles que até então viam cerceadas as suas oportunidades de escrita, os jornais tornaram-se o veículo por excelência da divulgação da sua obra. Nos contextos coloniais, este papel ganha relevância, dado o afastamento dos centros de produção cultural. Cabe-nos agora refletir se os nossos autores beneficiaram desta produção cultural descentralizada ou de que modo a sua produção literária se liga à existência de jornais e jornalismo coloniais.

Augusto Bastos é um intelectual interessado por várias disciplinas na ciência e nas artes. É um autodidata que escreve, pinta e toca piano. A par da sua profissão de solicitador e, posteriormente, advogado a par de comerciante, desenvolve sempre uma atividade cultural, social e política assinalável. A imprensa periódica constituiu para si uma oportunidade de se aventurar pelo texto ensaístico e



literário e antecede qualquer publicação sua em formato livro. Bastos aproveita, ainda, as suas publicações em folhetim para verificar o seu impacto junto do público e tenta a sua publicação em livro numa fase posterior, recorrendo de novo aos jornais através de anúncio. Isto revela que existe uma profunda relação entre o jornal e o seu exercício literário e ensaístico e demonstra que o autor tinha a perfeita percepção desta relação facilitadora entre imprensa periódica e literatura. É o jornal colonial que lhe permite passar de leitor a escritor, apesar da experiência efémera da revista publicada em Lisboa que teve apenas um número, mas em que ensaiou a escrita jornalística e cujos contactos e conhecimentos lhe terão sido úteis para mais tarde poder publicar nos periódicos coloniais. Através de diferentes títulos dos jornais coloniais, Bastos publica *As Furnas do Lobito*, no jornal *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterário e Anunciador*, em 1906, *A vida nas Selvas*, coleção romântico-histórica, no *Jornal de Benguela*, em 1919, e *As Aventuras do Repórter Zimbro*, também no *Jornal de Benguela*, em 1931, o que demonstra como em diferentes tempos e conjunturas sociais e políticas, a imprensa periódica colonial foi essencial para que o autor fosse publicado.

José de Macedo, enquanto jornalista e, depois, diretor de jornal, tem acesso aos meios de publicação, mas as suas primeiras incursões são no texto ensaístico e informativo. É apenas em Angola e quando é diretor de *A Defeza de Angola* que experimenta a publicação do seu romance *Herança de Amarguras*, publicado em folhetim e cuja revisão e acrescento no final da vida do autor para publicação em livro, ficou inacabada. A imprensa periódica colonial permite a Macedo enveredar por um caminho literário que até então se ficava pela atividade de leitor e crítico literário, pois o jornalista várias vezes escreveu sobre a publicação de livros literários e chegou mesmo a prever a publicação de um livro sobre as autoras literárias portuguesas que considerava injustiçadas. Esta alternância de papéis entre escritor/produtor e leitor/recetor levam-nos a crer que o aventurar-se neste novo papel de escritor de texto literário está intimamente ligado aos círculos intelectuais que reuniu em torno do periódico colonial que foi dirigir e que lhe permitiram ter horizontes diferenciados dos que tinha enquanto jornalista na metrópole, em que os papéis de jornalista e escritor se tinham profissionalizado e diferenciado bastante.

## A imprensa periódica colonial e a difusão literária

A imprensa periódica colonial é consequência da deslocação da tecnologia de impressão para os territórios colonizados. Esta transferência de tecnologia e meios é feita para que o domínio e administração coloniais ganhem uma feição moderna, com o controlo mais efetivo sobre o que se passava na colónia. Contudo ao permitir que existissem esses meios na colónia, abriu-se a porta para a diversificação dos documentos impressos na colónia. Quando comparamos a situação em Angola, com outras situações anteriores, como o caso do Brasil e da então Índia Portuguesa, podemos referir que a entrada da imprensa neste território é tardia, acontecendo apenas em 1845. Todavia, o tempo entre a sua entrada na colónia e o início das publicações periódicas é bem menos extenso que nos outros casos, o que demonstra como a tecnologia e a colonização moderna foram propícias à disseminação da imprensa periódica colonial. O seu papel acabou por servir administrações coloniais, mas também as necessidades da sociedade colonial que estava em construção. O jornal colonial tornou-se o canal de distribuição das notícias e permitiu a comunicação intercolonial, levando à partilha de esferas públicas (MERRITT, 1963, p. 358-359). Os jornais tornaram-se o meio de conexão e comunicação por excelência entre as colónias e quase paradoxalmente foram essenciais na construção da noção de identidade local e, por via do discurso dominante do colonizador, muitas vezes repercutido no debate jornalístico, a também da criação da perspetiva de identidade nacional (HOLDRIDGE, 2010, p. 495-496). Igualmente detêm um papel na construção do conceito imperial, pois contribuem para a disseminação de ideias relacionadas com a construção de um império (POTTER, 2014, p. 34) e de uma semiosfera imperial partilhada.

Como não só a tecnologia, como os materiais de desgaste eram importados, como o papel, a imprensa periódica colonial estava dependente dos fluxos de comunicação com a metrópole e, igualmente, da boa vontade dos poderes políticos metropolitanos que controlavam o acesso às matérias-primas e tecnologia tinham. Para que as tipografias coloniais sobrevivessem, estas estavam apesar de muitas vezes diretamente ligadas a um jornal, imprimiam livros, almanaques, panfletos, formulários, listagens para os comerciantes, bilhetes de lotaria e uma panóplia de serviços em torno dos documentos impressos. A sua sobrevivência dependia desta versatilidade, mas também abria possibilidades de diálogo entre

diferentes áreas de atividade. Os jornais coloniais, porque estabeleciam a ponte comunicacional dentro e para fora da colônia, eram ainda veículos de conhecimento e cultura e não raro anunciavam a procura de autores que quisessem publicar poemas, ensaios ou até e por questões estéticas em línguas que não a do colonizador. Esse apreço por conhecer a produção literária local deu hipótese a muitos autores residentes nas colônias, incluindo os chamados “filhos da terra” que dominavam os idiomas locais. No caso da colonização portuguesa, tomavam esta designação as elites africanas e afro-portuguesas que vivam no seio do regime colonial e, muitas vezes, substituindo o tradicional colono ido da metrópole.

Esta imprensa viria a desempenhar uma dupla ação no tecido social da colônia. Por um lado, quando apoiada nos grupos que suportavam a colonização, proporcionava a aceitação do regime colonial e um mecanismo de alcançar os colonos europeus e mantê-los fiéis aos valores da metrópole (MUKHONGO, 2015, p. 60). Por outro lado, tornou-se essencial enquanto voz dos descontentes com a administração colonial, apesar das tentativas de controlo e restrição à imprensa não alinhada com o regime colonial. Essas tentativas de boicote técnico (com a retenção de maquinaria nas alfândegas coloniais ou o empastelamento da maquinaria das tipografias), de controlo de acesso às matérias-primas (como no caso do papel que muitas inúmeras vezes chegava em quantidades insuficientes às colônias) e de perseguição aos jornalistas e intelectuais considerados mais subversivos foi uma prática de vários poderes coloniais.

O jornal tornara-se uma presença diária na vida dos indivíduos, retirando parte do papel dominante que a oralidade detivera até então. O seu papel multifacetado conduziu a que congregasse, à semelhança do que se passava noutros casos, os discursos jornalístico, literário e mesmo científico. Contudo e dado que as oportunidades de publicação eram menores no contexto colonial, periférico à produção cultural dominante, foi comum encontrarem-se escritores relevantes e até fundadores das literaturas dos seus países como colaboradores destes periódicos (GOLDGEL-CARBALLO, 2012, p.131). Igualmente, escrevem nestes jornais intelectuais cujos ensaios versam sobre diferentes disciplinas, da farmacopeia à etnografia, da astronomia à botânica, passando por tantas outras áreas do conhecimento humano. Este fervor pelo conhecimento e pela cultura, acompanhava uma maior consciência local das especificidades vividas debaixo do regime colonial. Aliás, o enriquecimento que a imprensa periódica colonial

apresenta é esse mesmo, o de uma maneira ou de outra dar a possibilidade de camadas da população silenciadas terem voz na esfera pública.

Se nas grandes metrópoles, os estudos sobre a imprensa periódica apontam para as participações na produção cultural e, especificamente, literária das mulheres e da pequena burguesia (como professores e funcionários públicos), no caso das colônias são as elites locais, muitas vezes afastadas das fontes tradicionais e centralizadas que concentravam esses fluxos produtivos, que ganham a oportunidade de publicar. Também da parte da recepção existe uma transformação: esses grupos subalternizados das sociedades deixam de ser meros receptores passivos, os indivíduos que os constituem ganham o direito à emissão de conteúdos e tornam-se, em simultâneo, produtores e consumidores dos conteúdos emanados para esfera pública. Esses discursos que chegam à esfera pública trazem agora também as raízes das aspirações locais. Para além destes produtores/receptores existe ainda o alargamento da esfera pública pela partilha das publicações agora mais acessíveis, porque produzidas localmente. O jornal viaja, então, transportando a realidade e o imaginário, o que é e o que poderia ser, o que foi e o que gostaríamos que tivesse sido. Os jornais constituem, pois, uma forma de estas “sociedades em espera”, assim caracterizadas pelo centro que decide acerca de si estar bem longe e a elite decisória não coincidir com a elite local, adquirirem uma voz e disporem de uma oportunidade de afirmar a sua identidade e reivindicar formas diversas de administração territorial (COSTA, 2014, p. 21).

Os autores cuja análise propomos, encontram na imprensa periódica colonial a possibilidade de concretizar a sua vocação de escritores. Augusto Bastos, depois de uma passagem por Lisboa e de uma tentativa de fundar aí um periódico, é na imprensa de Luanda, Benguela e Lobito que encontra os meios para publicar os seus textos. Entre ensaios sobre etnografia e narrativas em folhetim, entre outros géneros, encontra o espaço que lhe permite escrever o presente, almejar o futuro, mas também olhar o passado com outros olhos. No fundo, consegue o concretizar o objetivo de escrever a sua própria realidade e publicá-la, não deixando que a história, a etnografia e a cultura da sua terra fique nas mãos e no discurso de outros. Esta é uma das questões levantadas quando se analisa a obra de escritores de países resultantes de processos coloniais, ou seja, a capacidade de combater a ausência de uma história e culturas através da sua escrita, primeiro literária e só depois pelas mãos de historiadores profissionais

(MIGAGLIA, 2017, p. 313). Esta especificidade do escritor das colônias significa que a imprensa periódica e maioritariamente os jornais, pelo seu custo mais baixo e dinâmicas de distribuição, alavancaram a afirmação da literatura local e que os conteúdos literários produzidos se tornaram na voz de uma sociedade que, impossibilitada de se exprimir livremente, encontrava no texto literário uma alternativa para exprimir as suas ideias e estéticas. Longe dos centros de produção cultural e das dinâmicas editoriais, o escritor colonial depende das tipografias locais, dos ritmos de leitura da sociedade em que se encontra e dos gostos aí cultivados e o jornal é um bom orientador nesse sentido. Augusto Bastos publica em folhetim os textos que, algumas vezes, publicará depois em livro, assim como ensaia a publicação de textos sobre etnografia e história para, posteriormente, com a ajuda de um interlocutor metropolitano publicar na Sociedade de Geografia de Lisboa dois volumes, *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella*, em 1909, e *Monographia da Catumbella*, em 1912.

Esse interlocutor metropolitano era José de Macedo que conhece Augusto Bastos, enquanto diretor do jornal *A Defeza de Angola*. Também José de Macedo encontrou na imprensa periódica colonial a oportunidade para publicar o seu único romance e transpor a fronteira entre escrita jornalística e escrita literária. Longe do centro dominante em termos de conteúdos e estéticas literárias, o autor encontra espaço na esfera pública colonial para lançar o seu romance em formato de folhetim. Portanto, aquela esfera pública e aquela semiosfera estavam preparadas para receber tanto a produção local como a produção exterior ao território na autoria e na temática, o que significa que de facto existia uma semiosfera partilhada por colonos e colonizados que permitia as transferências discursivas entre uns e outros, construindo um espaço de entendimento bem mais lato que o meramente local.

### **Augusto Bastos e José de Macedo: democratizar a literatura, democratizar através da literatura**

Augusto Bastos e José de Macedo são dois autores que, à partida, representam duas faces diferentes do império, parecendo que um representa o elemento colono e o outro o elemento colonizado. Todavia, a complexidade dos seus percursos e alinhamentos políticos e até participação cívica, cultural e política

convergentes aproxima-os e torna-os quase duas faces da mesma moeda. Ambos encontram na imprensa periódica colonial um meio para publicar e ambos projetam para o futuro as suas ideias de sociedades ideais, mas reportando-se nas suas narrativas a um tempo passado. Colocando as suas narrativas no tempo pretérito, protegem-nas assim de qualquer ataque político ou ato de censura, e sabendo que a esfera pública da sociedade colonial partilha a semiosfera que lhe permite rececionar os conteúdos que versem sobre a colónia ou a metrópole, os autores conseguem construir passados verosímeis que lancem ideias de transformação social e política para o futuro.

No caso de Augusto Bastos identificamos como personagens principais colonos e colonizados, jovens mulheres africanas ou afro-portuguesas, jovens caçadores e também colonos ou jovens metropolitanos idos para a colónia, numa sociedade cooperativa, que aceita e promove a convivência inter-racial e a miscigenação. Relativamente a José de Macedo, a personagem principal são dois jovens, um proletário e uma jovem culta e bem-feitora. Em ambos casos, as personagens principais escolhidas correspondem aos elementos que os autores acreditam que poderiam ter um papel na democratização da sociedade. Este recurso a personagens representativas da subalternidade, projetadas numa sociedade também caracterizada por estar em espera e subalternizada, tinham como efeito imediato a correspondência a uma das suas expectativas, o rever-se nos conteúdos produzidos, numa literatura que mediava entre a realidade e o imaginário. Ambos reivindicam através da literatura sociedades mais democráticas, nomeadamente, pelo recurso a personagens e situações que revelam situações de subalternidade. O tom de Bastos é mais pedagógico e positivo, quase utópico nas relações entre colonizador e colonizado, em que cada um conhece perfeitamente o seu papel e a necessidade de cooperação para o bem comum. Macedo reforça o seu discurso com uma estética próxima do jornalismo, em que a descrição pormenorizada e a ideologia ganham forma e se acompanham ao longo da narrativa. Contudo, o objetivo comum é aproveitar a democratização da literatura para propor a democratização da sociedade, dado que se colocavam ao lado daqueles que acreditavam serem os seus potenciais leitores (JAUSS, 2003, p. 105).

Augusto Bastos e José de Macedo são dois autores que beneficiaram da descentralização da produção e receção literária. Cremos ter ficado demonstrado que no seu caso particular, a imprensa periódica colonial, em geral, e os jornais

em particular, apoiados na existência de tipografias próprias, foram essenciais para que os autores da periferia do império colonial português e do centro produtivo cultural pudessem publicar. Estas publicações são relevantes porque representam essa descentralização, mas, sobretudo, porque permitem democratizar o acesso à produção e à leitura e promover através destas a democratização social através do conteúdo literário.

## Referências

- BRAKE, Laurel. The longevity of the “Ephemera”. *Media History*, n. 1, p. 7-20, 2012.
- CANADA, Mark. *Literature and journalism in Antebellum America: Thoreau, Stowe and their contemporaries respond to the rise of commercial press*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- COSTA, Cátia Miriam. *Continuidades e descontinuidades da colonização portuguesa: literatura e jornalismo entre a utopia e a realidade*. Tese (Doutoramento em Literatura) – Universidade de Évora. Évora, 2014.
- FONSECA, Marial Rachel Fróes. A Ciência Recreativa e a vulgarização científica no México do séc. XIX. *History of Science Communciation*, n. 3, p. 1-16, 2017.
- GOLDGEL-CARBALLO, Victor. High-Speed Enlightenment. *Media History*, n. 2, p. 129-141, 2012.
- HOLDRIDGE, Christopher. Circulating the African journal: the colonial press and trans-imperial britishness in the mid nineteenth-century Cape. *South African Historical Journal*, n. 3, p. 487-513, 2010.
- JAUSS, Hans Robert. *A literatura como provocação*. 2 ed. Lisboa: Vega Editora, 2003.
- JOAD, Raymond. Newspapers: a national or international phenomenon?. *Media History*, n. 3-4, p. 249-257, 2012.
- JÚNIOR, António Assis. *Os acontecimentos de Dala Tando e Lucala*. Parte I. Luanda: Tipografia Mamã Tita, 1917. JÚNIOR, António Assis. *Os acontecimentos de Dala Tando e Lucala*. Parte II. Luanda: Tipografia Mamã Tita, 1918.
- KAPLAN, Richard. L. Press, paper, and the public sphere. *Media History*, n. 1, p.42-54, 2015
- KING, Andrew; EASLEY, Alexis; MORTON, John. *The Routledge Handbook to Nineteenth-Century British Periodicals and Newspapers*. London: Routledge, 2016.
- LONDSALE, Sarah. Man of Letters, Literary Lady, Journalist or Reporter? Contributors to the new mass press and the evolving role of the writer 1880-1920. *Media History*, n. 3, p. 265-279, 2015.

- LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.
- LOPO, Júlio de Castro. *Para a história da imprensa de Angola*. Luanda: Edição do Museu de Angola, 1962.
- LOTMAN, Iuri; USPENSKII, Boris; IVANÓV, V. *Ensaio de semiótica soviética*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981
- MERRIT, Richard L. Public opinion in colonial America: Content - analyzing the Colonial Press. *The Public Opinion Quarterly*, Oxford, n. 3, p. 356-371, 1963.
- MIRAGLIA, Anne-Marie. De l'écriture journalistique à l'écriture Romanesque: la conquête de l'Algérie chez Assia Djebar. *Çédille: Revista de Estudos Franceses*, n. 13, p. 311-327, 2017.
- MUKHONGO, Lusike. Friends or foes? A critique of the development of the media and the evolving relationship between press and politics in Kenya. *Critical Arts*, n. 1, p. 59-76, 2015.
- MUSSEL, James. Elemental forms. *Media History*, n. 1, p. 4-20, 2014.
- NEWELL, Stephanie. Paradoxes of press freedom in Colonial West Africa. *Media History*, n. 1, p. 101-122, 2016
- ORNEBRING, Henrik. Journalism as institution and work in Europe, circa 1860. *Media History*, n. 4, p. 393-407, 2013.
- PALAU-SAMPIO. Las identidades de la crónica: hibridez, polisemia y ecos históricos en un género entre la literatura y el periodismo. *Palabra-clave*, Bogotá, n. 1, p. 191-218.
- POTTER, Simon J. Public opinion, and the new imperialism. *Media History*, n. 1, p. 34-50, 2014.
- ROCHA, Ilídio. A imprensa de Moçambique. Lisboa: Edições Livros do Brasil - Lisboa, 2000.
- SCHWAB, Christiane. Social observation in early commercial print media. Towards a genealogy of the social sketch (ca. 1820-1860). *History and Anthropology*, n. 2, p. 204-232, 2018.
- SILVA, Maurício. Cultura de mercado: literatura e publicidade no pré-modernismo brasileiro. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 20, p.76-87.
- SOARES, Francisco. *Notícia da literatura angolana*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.
- SUSSMAN, Gerald. Nineteenth-Century Telegraphy: writing the Emerging Urban Corporate Economy. *Media History*, n. 1, p. 40-66, 2016.
- VAN REMOORTEL, Marianne. *Women, work and the victorian periodical living by the press*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.
- VENÂNCIO, José Carlos. *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana*. Lisboa: Ulmeiro, 1993.



- VICENS, María, Ensayos profesionales: literatura, mujer y trabajo em la prensa porteña finissecular. *Anclajes*, Santa Rosa, n. 2, p. 77-94, 2017.
- VICTOR, Geraldo Bessa. *Intelectuais angolenses dos séculos XIX e XX*: Augusto Bastos. Lisboa: Edição de autor, I, 1975.
- UNDERWOOD, Doug. *Journalism and the novel: truth and fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- WHITE, Nicholas, “L’enclume toujours chaude”: Émile Zola’s Newspaper Trilogy. *Dix-Neuf: Journal of the Society of Dix-Neuviémistes*, p. 1-15, 2018.